



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 255, DE 2011

(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão a atos discriminatórios ou atentatórios contra a mulher praticados por empregador.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-6632/2009.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º O Poder Público Federal no âmbito de suas atribuições penalizará os estabelecimentos comerciais, industriais e empresas em geral que não observarem ou restringirem os direitos da mulher.

Art. 2º Fica proibido qualquer ato discriminatório ou atentatório contra a mulher, em processo seletivo de admissão, durante a jornada de trabalho e quando da demissão, sujeitando-se o infrator às sanções previstas no art. 4º.

Art. 3º Consideram-se atos discriminatórios e práticas restritivas contra a mulher que atentem contra a igualdade de direitos, e especialmente:

I – qualquer forma de exame ou revista íntima em local inadequado ou impróprio ou realizado por pessoa que não seja do sexo feminino;

II – manutenção nas instalações sanitárias de aberturas, destinadas a controlar o tempo de permanência da mulher no local;

III – inexistência de vestiários femininos em número, condições e proporções adequadas, quando houver necessidade de utilização de uniforme ou indumentária especial;

IV – restrição, para fim de admissão, ao estado civil da mulher e à existência de filhos;

V – exigência, para fim de admissão ou permanência no emprego, de prova negativo de gravidez ou da condição de esterilidade;

VI – inobservância de isonomia salarial em razão do sexo;

VII – rescisão de contrato de trabalho por motivo de gravidez ou de casamento.

Art. 3º São atos atentatórios contra a mulher os que procuram atingí-la em sua honra, dignidade e pudor, mediante coação, assédio ou violência, e os que visam obtenção de vantagem sexual ou assemelhada.

Art. 4º Ao empregador infrator que, por ato de seus dirigentes, prepostos ou daqueles que exerçam função de supervisão, chefia ou controle de trabalho feminino, serão aplicadas as seguintes sanções de natureza administrativa, pelo órgão próprio de fiscalização e inspeção do trabalho, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa:

I – advertência;

II- multa;

III – interdição do estabelecimento enquanto perdurar o ato discriminatório ou atentatório;

IV – suspensão temporária de autorização de funcionamento;

V – inabilitação para participar em licitação para obras ou serviços;

VI – inabilitação para permissão ou concessão de uso de bem ou serviço público;

VII – indeferimento de pedido de eventual parcelamento de débito tributário;

VIII – suspensão, por até um ano, da licença para funcionamento.

§ 1º As penas previstas nos incisos I, III e IV serão aplicadas progressivamente.

§ 2º A multa prevista no inciso II variará de 10 a 1.000 UFIR (Unidade Fiscal de Referência) ou outra unidade fiscal que venha substituí-la.

Art. 5º Têm legitimidade para denunciar a prática das infrações previstas nesta lei, além das autoridades públicas competentes, a vítima ou quem a represente, os movimentos da mulher, as associações de defesa de direitos humanos e o sindicato da categoria a que a ofendida pertencer, sendo assegurado ao acusado amplo direito de defesa.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei em epígrafe foi apresentado anteriormente pela ilustre deputada Zenilda Novaes. A proposta merece reexame por esta Casa dado o seu caráter preventivo e penalizador contra atos atentatórios contra as mulheres.

Destaca-se que a matéria é de fundamental importância para os direitos humanos, tendo em vista ser inadmissível conceber atos praticados por empregadores discriminando ou atentando contra a dignidade da mulher, que constantemente, vem sofrendo violências de todas as espécies, até mesmo quando da prática do trabalho honesto e digno.

Quando da admissão, muitas vezes a mulher tem a sua imagem denegrida por pessoas que ocupam cargos superiores ou de chefia imediata, que

inescrupulosamente degradam o sexo feminino, deixando à margem o conhecimento técnico científico ou outras qualidades específicas que possuem.

Faz-se necessário reprimir tais atos discriminatórios ou atentatórios contra a dignidade da mulher.

Para tanto peço o apoio dos ilustres Pares para que a matéria seja novamente discutida no âmbito do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 8 de fevereiro de 2011.

Deputado ARNALDO JORDY

FIM DO DOCUMENTO
